

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO CONTEXTO DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO (1830-1880)

Tipo do Trabalho: CO

Kátia Guerchi Gonzales – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

profkatiaguerchi@gmail.com

Luiz Carlos Pais – Universidade Federal de Mato Grosso do sul

luiz.pais@ufms.br

Este artigo relata os resultados de uma pesquisa com o objetivo de analisar a história da educação matemática mato-grossense e as possíveis influências e contribuições de outras instituições para o ensino primário e secundário no período de 1840 a 1880. Para apresentar os resultados das análises feitas sobre a educação matemática no contexto mato-grossense, fizemos uma triangulação dos dados históricos encontrados do Mato Grosso com os dados educacionais, sociais e culturais do mesmo estado. Tal triangulação mostra-nos a luta por uma educação semelhante a dos grandes centros por parte de alguns dos responsáveis pelo estado que tinham como preocupação o ensino.

Desse modo, essa pesquisa leva-nos ao desafio de conduzir a análise histórica em sintonia com o contexto social e cultural, no qual as escolas, os programas de ensino, os professores e os livros didáticos estavam inseridos. Por esse motivo, as principais fontes utilizadas foram os relatórios provinciais, programas de ensino, leis e regimentos da instrução pública. Com base nessas fontes foi produzido um discurso historiográfico relacionado ao ensino secundário e primário da Matemática com o contexto acima mencionado. Para conduzir a análise utilizamos conceitos propostos por André Chervel no campo da história das disciplinas escolares e outros autores que compartilham as mesmas ideias, favorecendo uma análise de cunho cultural e histórica.

Buscamos verificar o ensino da Matemática em um momento que o país vinha passando por uma crise política e social, já que o artigo apresenta momentos antes e depois da Guerra do Paraguai. Apesar do nosso foco não ser a guerra, conseguimos perceber por meio das análises o prejuízo que a mesma causou para o ensino de Mato Grosso. Porém, mesmo com todas as dificuldades de um estado pobre e instável devido à guerra, encontramos Padre Ernesto Camilo Barreto, que fora além de padre também inspetor geral da instrução pública. Ousado e revolucionário, o mesmo contribuiu para a instrução pública de maneira significativa e conseqüentemente para a educação matemática no estado.

Verificamos nesse período a tentativa de modernizar o estado de Mato Grosso tentando inculcar a cultura dos estados de referência. Observamos ainda, a preocupação e a determinação de Padre Ernesto, mostrando-nos claramente que um dos seus focos sociais era a melhoria do ensino no estado de Mato Grosso. Percebemos os esforços realizados não somente junto aos agentes educacionais, mas também, com uma visão madura e entendimento das falhas na educação, utilizando de ferramentas políticas para promover mudanças que virão a ser um marco para a formação da estrutura educacional moderna.

Observamos as criações das primeiras cadeiras de matemática no estado que foram criadas juntamente ao Seminário Episcopal da Conceição que nesse momento tinha dupla função: preparar os jovens para o sacerdócio e preparar os jovens para os exames de preparatórios. Os primeiros professores que lecionavam matemática no estado de Mato Grosso, tanto nas cadeiras avulsas ou anexas ao Seminário tinham formação militar ou eram engenheiros.

Podemos observar ainda, que no ano de 1862 o livro de Aritmética de Bézout fora utilizado na disciplina de Matemática na escola primária de 2º grau, mostrando-nos que apesar desse exemplar ser recomendado em 1824, o livro continuava, depois de quase quatro décadas, sendo referência no estado de Mato Grosso para as escolas primárias. Em nossas análises vimos que os livros didáticos eram escassos e esse foi um dos motivos que proporcionou a utilização do livro de Bézout durante todo esse período.

No ano de 1873 constatamos que Padre Ernesto modificou o regulamento da Instrução Pública dividindo a seção de Aritmética Elementar em duas partes, sendo uma teórica e outra prática. O inspetor geral acreditava que com as orientações prescritas de como os professores deveriam trabalhar em sala de aula o ensino melhoraria, entretanto, em suas visitas nas escolas, notou que os professores não estavam seguindo as orientações e continuavam ensinando matemática sem método algum. Mesmo com as resistências dos professores em colocar em prática o programa de ensino e o regimento que reorganizava o ensino da Matemática, Barreto não desistiu e acreditava em outra grande contribuição feita por ele: a Escola Normal. Pois, através desse novo curso, poderia ir além e ensinar os conteúdos e os métodos, recém introduzidos ao regulamento, aos professores formados por essa instituição, unificando, assim, os métodos de ensino.

Por fim, também foi possível verificar por meio de todas as análises feitas por nós que houve grande influência da Igreja na instrução pública de Mato Grosso nesse período, tanto no ensino secundário como primário, contribuindo de maneira significativa para a melhora da instrução no estado.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Alexandre Manoela Albino de. *Relatorio do presidente da provincia de Mato Grosso, o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho de 30 de agosto de 1865*. Cuiabá, 1862. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados IEA – USP, São Paulo, vol. 11, n.5, p.173-191, 1991.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Porto Alegre: Teoria e Educação, n. 2, p. 177-229, 1990.

FREIRE, Zefirino Pimentel Moreira. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da sessão ordinaria no anno de 1844 pelo exm. senhor presidente da provincia, o coronel Zefirino Pimentel Moreira Freire*. Cuyabá, Typ. Provincial, 1844. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>

HENRIQUES, Helena Castanheira. Os livros de Matemática durante a monarquia: Um breve roteiro. In: D. Moreira & J. M. Matos (Eds.), *História do Ensino da Matemática em Portugal* (pp. 181-198). Lisboa: SEM-SPCE, 2005.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 01, pp 09-44, 2001.

LEVERGER, Augusto. *Relatório do presidente da Província de Mato Grosso Augusto Leverger apresentado a Assembléa Legislativa Provincial em 3 de Maio de 1852*. Cuiabá. Typ. do Echo Cuiabano, 1853. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias. Subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889)*. Cia. Editora Nacional. São Paulo, 1939.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1899)*. Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Ernesto Camilo Barreto*. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de Educadores no Brasil*. 2ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 306-315.

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO CONTEXTO DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO (1830-1880)

Tipo do Trabalho: CO

Kátia Guerchi Gonzales – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

profkatiaguerchi@gmail.com

Luiz Carlos Pais – Universidade Federal de Mato Grosso do sul

luiz.pais@ufms.br

Resumo: Este artigo relata os resultados de uma pesquisa com o objetivo de analisar a história da educação matemática mato-grossense e as possíveis influências e contribuições de outras instituições para a escola. As principais fontes utilizadas foram os relatórios provinciais, Programas de Ensino, leis e regimentos da instrução pública. Para conduzir a análise se utilizou conceitos propostos por André Chervel, no campo da história das disciplinas escolares e outros autores que compartilham as mesmas ideias, favorecendo uma análise de cunho cultural e histórica. Foi possível verificar que houve grande influência da Igreja na instrução pública de Mato Grosso, tanto no ensino secundário como primário, contribuindo de maneira significativa para a melhora da instrução.

Palavras chave: Mato Grosso, História da Educação Matemática, Influências da Igreja.

Considerações iniciais

O presente artigo traz resultados de análises feitas sobre a educação matemática no contexto mato-grossense, na qual fizemos a triangulação dos dados históricos encontrados do Mato Grosso com os dados educacionais do mesmo estado. Tal triangulação mostra-nos a luta por uma educação semelhante a dos grandes centros por parte de alguns dos responsáveis pelo estado que tinham como preocupação o ensino.

Este trabalho nos leva ao desafio de conduzir a análise histórica em sintonia com o contexto social e cultural, no qual as escolas, os programas de ensino, os professores e os livros didáticos estavam inseridos.

Buscamos verificar o ensino da Matemática em um momento que o país vinha passando por uma crise política e social já que o artigo apresenta momentos antes e depois da Guerra do Paraguai. Apesar do nosso foco não ser a guerra, conseguimos perceber por meio das análises o prejuízo que a mesma causou para o ensino de Mato Grosso. Porém, mesmo com todas as dificuldades de um estado pobre e passando por transformações devido a guerra, encontramos um personagem um tanto quanto ousado e revolucionário que muito contribuiu para a instrução pública e conseqüentemente para a educação matemática no estado.

Referencial teórico-metodológico

Durante a pesquisa desenvolvida no mestrado, que procurava estudar a educação matemática, observamos contribuições significativas de um personagem baiano que muito contribuiu para Mato Grosso. Para embasar nossa pesquisa buscamos, através dos elementos da *Cultura escolar* e da *Vulgata* propostos por Chervel (1990), fazer a história de uma disciplina, ou, mais especificamente, a história da Álgebra escolar secundária no contexto de Mato Grosso. Sinalizamos e analisamos alguns elementos que contribuíram inicialmente para a constituição e institucionalização dessa disciplina. Por isso se faz necessário o estudo do período que antecede até mesmo as cadeiras existentes para o ensino secundário, ou seja, é de fundamental importância estudar o ensino primário e os embriões existentes do ensino secundário.

No período analisado neste artigo, ainda não existia no estado de Mato Grosso um estabelecimento de ensino secundário, somente cadeiras avulsas e posteriormente cadeiras anexas ao Seminário Episcopal da Conceição. Por esse motivo que o estudo do Seminário e do Padre Ernesto tornam-se essenciais na pesquisa realizada, já que o Seminário possuía dupla função, iniciar os estudos dos rapazes com vocação religiosa e também auxiliar no ensino das disciplinas de curso secundário. Padre Ernesto, além de padre, fora professor do Seminário, jornalista, deputado pela província de Mato Grosso e Inspetor Geral dos Estudos, e foi nesse último cargo que contribuiu significativamente para a educação do estado, bem como para a educação matemática.

Este artigo mostrará alguns acontecimentos durante o exercício da função de Padre Ernesto no âmbito educacional, analisando assim, o currículo de Matemática principalmente no ensino primário, porém não estudaremos a Matemática como uma disciplina isolada, mas sim por se tratar de um trabalho histórico investigaremos e analisaremos o contexto de forma geral tentando compreender as possíveis influências que o plano de ensino sofreu por determinadas instituições, nesse caso especificamente, as principais influências da Igreja.

Para atender nosso objetivo, primeiramente fizemos uma leitura atenta dos relatórios provinciais, que nos deram as primeiras informações sobre o ensino da matemática primária e secundária no Mato Grosso. Buscamos tais informações em regulamentos da instrução pública, regimentos escolares, planos de estudo, programas de ensino, exames e livros didáticos entre outros materiais que possuíssem elementos para a escrita da história dessa disciplina (CHERVEL, 1990).

Ao iniciar a exploração dos documentos que coletamos, estudando-os e analisando-os, verificamos algumas finalidades apresentadas na constituição de uma disciplina relacionada à matemática. No entanto, Chervel (1990) nos alerta que não devemos acreditar totalmente nos

textos oficiais que explicitam as finalidades e as justificam, devemos ser cautelosos, perguntando-nos se todas essas finalidades descritas são de fato as finalidades reais. O historiador tem que desvendar esse mistério procurando articular o contexto social e político da época para responder a essas perguntas e separar as finalidades de objetivos das finalidades reais. Dessa maneira, será possível compreender a história da disciplina escolar e favorecer, além da história da educação, a história cultural (CHERVEL, 1990).

Com base em Julia (2001), compreendemos por *cultura escolar* as regras, procedimentos, normas inculcadas e uma série de outros objetos específicos da disciplina que, no caso do nosso trabalho, trata-se da educação matemática escolar, incluindo os conteúdos ministrados no ensino secundário e primário, bem como os livros adotados.

Analisamos ainda os discursos presentes nos programas de ensino, nos relatórios oficiais, bem como nas leis e regulamentos específicos da instrução pública. Fora deste modo que identificaremos conteúdos, objetivos, métodos, recursos e os traços de uma cultura escolar presentes no contexto destinado a essa pesquisa.

Não lançaremos mão de verificar a sequência que os conteúdos eram distribuídos nesses diversos documentos, fazendo assim a relação do que era imposto e do que era *apropriado* e explorado dentro do contexto, ou seja, verificaremos o que realmente deixou de ser apenas discurso e o que somente existiu nos papéis. Todos esses elementos constituem elementos da vulgata, conforme Chervel (1990).

Atentaremos-nos também as normas existentes em propostas educacionais e as práticas de professores, pois estas são repassadas por gerações, mesmo que não se queira influenciar, o professor que já foi aluno um dia sofreu influências indiretamente ou diretamente de um docente no seu período como aluno.

Chervel (1990) fala do conjunto de práticas; no ensino da matemática somos levados a acreditar que esse conjunto é formado exercícios, problemas e demonstrações que de algum modo são preservadas por um longo período na história da Educação Matemática e que estão registradas em fontes como as que utilizamos nesta pesquisa.

Recorremos a Chartier (1991) para usar o conceito de apropriação ao pesquisar o contexto histórico e cultural do Mato Grosso.

Aspectos do ensino secundário

A partir das anotações de Moacyr (1939), temos a informação que, em 1835, existiam, na província, apenas cinco aulas avulsas de ensino secundário: Latim, Filosofia, Retórica,

Francês e Geometria, dentre as quais somente Latim e Filosofia eram, de fato, ministradas, pois, geralmente, essas matérias eram do domínio dos padres, cuja formação humanista priorizava os estudos das línguas, das artes e da Filosofia. As três últimas aulas avulsas – Retórica, Francês e Geometria - estavam vagas por falta de professor disponível.

Conforme Chervel (1990), todo o conteúdo é inserido em um programa de ensino com alguma finalidade. No caso particular de Mato Grosso, a inserção das aulas, aqui mencionadas, que se destinavam ao ensino secundário, tem a finalidade de preparar os candidatos aos cursos superiores do império.

As aulas de preparatórios surgem em face às exigências para ingresso nos cursos superiores do império, existentes no século XIX. Inicialmente, existiam as aulas avulsas das matérias preparatórias, que foram providenciadas pelas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, onde havia os primeiros cursos superiores. Estas aulas preparavam os candidatos que deveriam passar por bancas examinadoras nas localidades onde estavam concentrados os cursos. (SIQUEIRA, 2000, p. 177)

No caso de Mato Grosso, em 1844, o presidente da província, Zeferino Pimentel Moreira Freire, ressaltou, em sua fala, na Assembleia Legislativa, que havia criado uma cadeira de Geometria, como se lê no seguinte fragmento retirado do Relatório Provincial

Servindo-me da faculdade que me dá a Lei de criar uma cadeira de Geometria, tenho estabelecido esta aula em uma das casas Arsenal de Guerra, devendo a pessoa encarregada da mesma, lecionar também Aritmética, Álgebra, Trigonometria retilínea e teoria dos logaritmos não só com o fim de habilitar jovens militares que se dedicaram a carreira das armas, como preparar nossa mocidade para os empregos públicos, principalmente aqueles que jogão com contabilidade, nem é possível entender-se Geometria sem terem noções de Aritmética e Álgebra. Reconhecendo no Tenente João Batista de Castro Moraes Antas toda a idoneidade para desempenhar estas funções pelos títulos que apresentou, e exame a que se procedeu na forma da Lei, o tenho nomeado lente desta cadeira, dando-lhe estatutos para seu regime. (FREIRE, 1844, p.8)

A cadeira, a qual se refere o presidente da província, era uma cadeira de Geometria, no entanto, também seriam abordados conteúdos referentes à Aritmética, à Álgebra, à Trigonometria Retilínea e à Teoria dos Logaritmos. A composição de conteúdos que o Tenente João Batista de Castro Moraes Antas foi encarregado de ministrar seguia o plano de ensino do Colégio Pedro II, de acordo com o Regulamento nº 08 de 31 de janeiro de 1838, fato que nos permite observar a tentativa de se inculcar traços de uma outra cultura escolar (JULIA, 2001) que, no nosso caso, foi proposta pela sede imperial.

Fato importante é a maneira como o presidente afirma a necessidade de se ensinar Aritmética e Álgebra antes do ensino da Geometria, ressaltando que os dois primeiros servem como referência para o último. De acordo com o texto de Chervel (1990), essa maneira de sistematizar os conteúdos é importante dentro da disciplina, pois alguns conteúdos passam a ser métodos de outros. Nesse sentido, é significativo ponderarmos o quanto a Aritmética e a Álgebra passam a ser métodos da Geometria, no que se refere a usar como ferramenta para aprender conceitos geométricos.

Podemos citar como finalidades da criação de uma cadeira de Geometria o interesse da sociedade em formar, além de militares, candidatos aos empregos públicos. Também havia a intenção de preparar os que fossem trabalhar com contabilidade e, além disso, a preparação dos candidatos para cursos jurídicos. Todos estes fatores são objetivos consideráveis que a sociedade precisava alcançar e, dessa forma, a Geometria se torna imprescindível no contexto escolar daquele momento.

De acordo com nossos levantamentos, há fortes indícios de que o Tenente João Baptista tenha sido o primeiro professor público de Matemática nomeado oficialmente na província de Mato Grosso. Entretanto, este professor permaneceu, nesta cadeira, por aproximadamente um ano, solicitando sua demissão no dia 1º de fevereiro de 1845 e justificando-a pela falta de interesse e procura pela aula, já que havia poucos alunos matriculados e, entre eles, raros obtiveram sucesso durante o tempo que o curso se manteve. No ano de 1862 o relatório apresentado pelo conselheiro Herculano Ferreira Penna para a Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso destaca a importância de se criar uma cadeira de Aritmética, Álgebra e Geometria, porque, no Seminário, não havia cadeira que incorporasse estas disciplinas, que deveriam ser aprendidas para entrar em uma Academia do Império e para que fosse possível passar pelos preparatórios, que exigiam tal conhecimento. Ferreira (1862) observa, ademais, que, se não criassem essas cadeiras, os interessados, a adentrar, posteriormente, uma Academia, teriam que buscar outra província que oferecesse tais matérias, provocando gastos para as famílias. Para sanar essa deficiência foram iniciadas, na instrução pública do dia cinco de setembro de 1862, as aulas de Geografia e Geometria. O professor que assumiu essa cadeira, provisoriamente, na capital, foi o Bacharel João Carlos Schulze.

Aspectos do ensino primário antes das intervenções de Padre Ernesto

Em 1852, o presidente da província de Mato Grosso era o capitão de mar e guerra Augusto Leverger. Em seu relatório, ele trata do ensino que se obtinha: “além de não ser bom,

não dava esperanças de melhoras” (LEVERGER, 1852, p.18). Ainda menciona a incapacidade dos mestres profissionalmente, pois poucos deles possuíam o mínimo de domínio sobre ortografia e aritmética prática e, mesmo tendo como obrigação somente ensinar a ler e a contar, preferiam seguir outras carreiras que garantiam melhores salários.

No ano de 1862, temos que das vinte escolas primárias, apenas uma era do Segundo Grau e funcionava na capital. Nessa escola era utilizado o livro de Aritmética de Bézout na disciplina de Matemática. Nota-se, pois, que, naquele momento, existia uma escola para os menos favorecidos e para os da elite, afinal a escola primaria de 2º grau, possuía todas as matérias que a do 1º grau e se aprofundava um pouco mais na gramática de língua nacional e na aritmética que ia até proporções, a além de noções de deveres religiosos e morais, ou seja, deixa claro o currículo mais elaborado e a utilização de uma obra didática. Talvez a aquisição somente do livro de Bézout para as escolas de 2º grau seria justamente o fato de ser complicado os menos favorecidos adquirirem a livros como este. Porém, podemos ver também, no trecho abaixo que um dos grandes problemas era a falta de livros:

A grande escassez de livros, e as dificuldades da sua aquisição por encomenda, pois que no mercado desta capital raras vezes se encontram, tem concorrido para a falta de uniformidade nos compêndios, á exceção, porém, dos de Aritmética de Bezout, e da Gramatica de Monte-verde, adotados nas escolas do 2º grau. Nas demais os meninos estudam ou lêem o que seus pais lhes ministram, ficando aos mestres a obrigação de proibir o uso do que for incorreto, ou por qualquer modo inconveniente. (MOACYR, 1939, p. 455)

De acordo com Henriques (2005), pela Carta Regia de 18 de novembro de 1824, foi determinada a utilização da Aritmética de Bézout. Ressalve-se, porém, que estamos nos referindo a 1862, sendo trinta e oito anos após a recomendação oficial desse livro para as escolas primárias.

O conteúdo, neste exemplar, foi organizado em seis partes: Números Inteiros e Decimais; Frações; Números Complexos; Potências e Raízes; Razões, Proporções e Progressões; e Teoria dos Logaritmos.

Nessa época, a reforma que estava em vigor era a Reforma Couto Ferraz aprovada pelo decreto de nº 1.331 A de 17 de fevereiro de 1854, que previa, para o ensino primário das escolas públicas, as seguintes disciplinas: A instrução moral e religiosa; A leitura e escrita, As noções essenciais da gramática, Os princípios Elementares da Aritmética, O sistema de pesos e medidas do município.

Para entendermos quais conteúdos estavam sendo trabalhados especificamente na disciplina - Os princípios Elementares da Aritmética - recorreremos ao Regulamento da Instrução Primária de 30 de Setembro de 1854, que vigorava em Mato Grosso, no entanto, nada consta sobre a disposição dos conteúdos.

Diante do fato da Aritmética de Bézout estar sendo utilizada na escola de 2º grau, verificamos que um elemento da cultura escolar estava sendo preservado no contexto mato-grossense. Podemos considerar que é o núcleo de conteúdos como parte da vulgata da época, já que o livro de Bézout foi apropriado de outras culturas escolares, como a francesa e a portuguesa e inserida no contexto brasileiro e ,conseqüentemente, no mato-grossense.

Com a Guerra do Paraguai a instrução pública mato-grossense sofre ainda mais. No relatório de 1865, do presidente da província mato-grossense Albino de Carvalho, destaca que a guerra paralisou uma grande parte da instrução pública de Mato Grosso e salienta que os professores não podiam assumir suas cadeiras e nem colocar em exercício sua profissão devido à invasão paraguaia. No relatório, tem-se ainda que das 20 escolas primárias criadas em Mato Grosso, somente duas estavam funcionando. (CARVALHO, 1865)

Um personagem importante para o ensino de Mato Grosso

Na presidência de Leverger, foi criada, na Diocese de Cuiabá, uma cadeira de Teologia Dogmática e Moral, que deu origem ao Seminário Episcopal, pelo Decreto imperial 1.149, de 23 de abril de 1853. Para assumir esta cadeira, o Bispo de Mato Grosso, D. José Antônio Reis, convidou Ernesto Camilo Barreto, um dos grandes protagonistas na área de Educação no período em questão, o qual contribuiu de forma significativa para o ensino na Província.

Ernesto Camilo Barreto era baiano e, com apenas 18 anos, entrou para a ordem Franciscana, fazendo seus votos religiosos em 1844. Grande estudioso, fez alguns cursos para se aperfeiçoar, concluindo o curso Filosófico e Teológico que o nomeou pregador e passante no Capítulo Geral em 1847, dois anos após defendeu teses nas áreas de Filosofia e Teologia, sendo consagrado Mestre. No mesmo ano que defendeu as teses, foi convidado a ocupar as cadeiras de Teologia Moral Prático Casuística e de História Sagrada Eclesiástica no Colégio Franciscano da Bahia. (SIQUEIRA, 2002)

Ernesto Barreto atendeu o pedido do Governo Imperial, mais precisamente do Bispo de Mato Grosso, D. José Antônio Reis, no ano de 1853, que lhe ofereceu a cadeira de Teologia Dogmática e Moral no Seminário Episcopal da Conceição. O seminário da província

do Mato Grosso preparava os jovens para o sacerdócio, além de outros jovens que pretendiam se aprontar para os cursos de preparatórios.

A falta de livros didáticos, no tempo do império era grande, conforme frisam vários relatórios provinciais. Assim sendo, Padre Ernesto escreveu vários compêndios, sendo o primeiro, de 1855, sobre Teologia Dogmática e Moral, confeccionado como material de apoio para os alunos matriculados no curso de Teologia Dogmática e Moral, que ele ministrava.

De acordo com Siqueira (2000), o primeiro estatuto do Seminário foi organizado por Padre Ernesto, que o finalizou em 1858, ano em que trabalhou com muita intensidade para o lançamento da pedra fundamental do edifício do Seminário Episcopal da Conceição. Durante muito tempo, exerceu o papel de Reitor no Seminário, não se limitando somente a funções pedagógicas.

Em 1872, Ernesto Camilo Barreto, o padre, foi novamente nomeado para o cargo de Inspetor Geral dos Estudos da província de Mato Grosso. Anteriormente, em 1863, ele já havia assumido este cargo, que era destinado, de início, para os julgados “cientistas” (médicos, advogados, engenheiros), sendo que ele foi um dos poucos pedagogos a ocupá-lo. Apesar do cargo, Barreto não deixou de ministrar as aulas no Seminário, deixando claro que, mesmo ocupando dois cargos, se dedicou para os dois. Notamos claramente sua dedicação através dos relatórios da Inspeção que, nem antes e nem depois da sua atuação, foram tão relevantes quanto os dele que fornecia dados da instrução de maneira minuciosa. Barreto não permaneceu por muito tempo como Inspetor Geral dos Estudos, tendo sido eleito Deputado Geral, porém, retornando ao cargo em 1873 e permanecendo, sem interrupções, até 1878. Nesse período Barreto tentou reestruturar a educação no estado, uma vez que a mesma estava passando por diversas dificuldades devido as marcas deixadas pela Guerra do Paraguai.

É importante ressaltar que os relatórios do Padre Ernesto traziam uma contribuição significativa e muito ousada, crítica e intelectualmente, feitos anualmente, eram enviados para a Presidência da Província, contribuindo para o relatório governamental. Nesse período, aparece, com certa clareza, a grande influência da Igreja na instituição escola, visto que o padre era sujeito institucional tanto da igreja, quanto da escola, da mesma forma que a Igreja Católica exercia forte influência no período.

Como Padre Ernesto possuía um pensamento socialista, criticava e abordava alguns temas relevantes, mencionando-os em seus relatórios, como o fato de filhos de ricos frequentarem as escolas públicas, ou que os alunos das escolas públicas passavam de ano sem terem as mínimas condições intelectuais necessárias. Ainda merece destaque suas observações na tentativa de mostrar que as escolas não possuíam um método de ensino, sendo que ele era a

favor do método simultâneo. Diante de considerações deste nível, ele sugeriu a criação de uma Escola Normal em Mato Grosso, onde seriam ensinados métodos aos educadores e eles atuariam no ensino primário da província.

Contribuições fundamentais para a educação matemática

No ano de 1873, foi modificado o Regulamento da Instrução Pública, sendo aprovado o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Mato Grosso aprovado pela lei provincial n° 15, de quatro de julho de 1873. Em dezembro do mesmo ano, foi organizado, por Ernesto Camilo Barreto, o Regimento Interno das Escolas Públicas de Instrução Primária da Província de Mato Grosso, que dispõe, no Capítulo 4º, sobre a forma que o professor deveria trabalhar com a seção de Aritmética Elementar. Explica que ela teria que ser dividida em duas partes: teórica e prática, que se subdividiriam em oito classes:

1ª classe - Compreenderá os conhecimentos preliminares da Aritmética, dos números e seus valores e a tabuada de somar inteiros.

2ª classe - Teoria da subtração ou diminuição dos inteiros e sua tabuada.

3ª classe - Teoria da multiplicação dos inteiros e sua tabuada.

4ª classe – Teoria da divisão dos inteiros e sua tabuada.

5ª classe – Teoria das frações decimais.

6ª classe – Teoria dos quebrados.

7ª classe – Teoria dos complexos.

8ª classe – Teoria das proporções e da redução dos pesos e medidas em uso no império.

Apesar das orientações prescritas, em 1874, o padre Ernesto demonstrou, em seu relatório, que os professores não estavam seguindo o regimento interno, acrescentando como o ensino da Matemática vinha sendo trabalhado nas escolas primárias. Padre Ernesto sublinhava a falta de método para os professores ensinarem, assegurando que a maneira como as aulas eram ministradas fazia-se inaceitável. Revelava que, em uma de suas visitas nas escolas do ensino primário, observou que, nas aulas de Aritmética elementar, os alunos aprendiam o conteúdo de multiplicação, sem ao menos saberem somar. Sob esta perspectiva, podemos recorrer à afirmação de Julia (2001, p.33): “o professor não é agente de uma didática que lhe seria imposta de fora”. Além disso, Ernesto Camilo Barreto observou também a não uniformidade dos livros didáticos utilizados pelos professores de maneira geral, afirmando que muitos usavam o primeiro livro que tivessem em mãos. Sobre os livros, manifestava-se o então presidente Miranda Reis (1874), considerando um ponto bem característico da cultura

da Matemática escolar que se tratava da forte hierarquização com a qual os conceitos aritméticos eram estruturados na ordem de apresentação das atividades.

Neste panorama social, histórico, deu-se a ideia de criar uma Escola Normal em Cuiabá, era imprescindível a formação de professores, habilitá-los para ensinar no ensino primário, já que eram julgavam como despreparados e descomprometidos. Julgava-se que, enquanto a grande maioria dos docentes não fosse substituída, não haveria instrução pública. O presidente da província Miranda Reis considerava que, para sanar o problema “não se deve adiar por mais tempo a criação de uma Escola Normal, não sirva de embaraço o estado financeiro da província.” (MOACYR, 1939, p. 471)

Havia a demanda por professores para colocar em prática as orientações prescritas, para inculcar a cultura escolar almejada, uma vez que as autoridades de ensino acreditavam que o não seguimento das orientações referidas levaria a não atingir os objetivos do estado em relação à escola. Assim, a aculturação que o Inspetor Geral dos Estudos desejava que os alunos realizassem no contexto escolar não acontecia. Para Julia (2001, p.220): “As disciplinas escolares intervêm igualmente na história cultural da sociedade. Seu aspecto funcional é o de preparar a aculturação dos alunos em conformidade a certas finalidades: é isso que explica sua gênese e constitui sua razão social”.

Desse modo, a lei provincial nº 13, de nove de julho de 1874, determinava a criação do Curso Normal na província de Mato Grosso, com a finalidade de habilitar os professores. O curso era composto por três anos e destinado a ambos os sexos. O plano de estudo estava constituído por quatro cadeiras, uma era destinada à Matemática elementar, as demais eram de Gramática e análise respectiva da língua nacional; Pedagogia e Métodos; e Geografia e História.

A Escola Normal passou por momentos de adaptações com o currículo e esperava-se a primeira turma concluir o curso para avaliá-lo, verificando-se os resultados. Essa espera de um tempo para averiguar se o ensino proporcionado pelo curso obteve sucesso faz parte da cultura escolar, pois, de acordo com Chervel (1990, p. 197): “A instauração das disciplinas ou de reformas disciplinares é uma operação de longa duração. O sucesso ou o fracasso de um procedimento didático não se manifesta a não ser ao término da escolaridade do aluno”.

Porém, o Inspetor Geral dos Estudos, Padre Ernesto, tinha duas ideias para o currículo do curso. A primeira era manter o curso em três anos, com Gramática e Pedagogia no 1º ano; Geografia e História no 2º; e as Matemáticas Elementares no 3º ano. A outra sugestão era dividir a cadeira de Geografia e História em duas, elevando o curso para quatro anos, de modo que cada cadeira seria ministrada em um ano diferente.

Enquanto não se formavam os professores pela Escola Normal, a luta com os professores que estavam lecionando era uma constante. Ernesto Camilo Barreto observava, em seu relatório de 1876, que os professores ainda não tinham colocado em prática as orientações prescritas que permaneciam também na Lei Regulamentar do Ensino Público e Particular da Província de Mato Grosso de 26 de Maio de 1875. Os professores queriam continuar ensinando o currículo anterior e não o proposto pelo Padre Ernesto, que aumentara as matérias que deveriam ser abordadas nas escolas primárias. Segundo os professores, no novo currículo para o ensino da Matemática, era desnecessário o estudo da Aritmética e tudo o que excedesse às quatro operações sobre os números inteiros.

Considerações Finais

Verificamos nesse período a tentativa de modernizar o estado de Mato Grosso tentando inculcar a cultura dos estados de referência. Observamos ainda, a preocupação e a determinação de um padre que esteve fortemente envolvido com a instrução pública, mostrando-nos claramente a sua preocupação da melhoria do ensino no estado de Mato Grosso.

Percebemos os esforços realizados não somente junto aos agentes educacionais, mas também, com uma visão madura e entendimento das falhas na educação, utilizando de ferramentas políticas para promover mudanças que virão a ser um marco para a formação da estrutura educacional moderna.

Mesmo com as resistências dos professores em colocar em prática o programa de ensino e o regimento que reorganizava o ensino da Matemática Barreto não desistiu e acreditava em outra grande contribuição feita por ele, a Escola Normal, já que tinha como estratégia ensinar os conteúdos e os métodos aos professores formados por essa instituição a modo de cumprirem quando começassem a lecionar o programa de ensino e regimento propostos.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Alexandre Manoela Albino de. *Relatorio do presidente da provincia de Mato Grosso, o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho de 30 de agosto de 1865*. Cuiabá, 1862. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados IEA – USP, São Paulo, vol. 11, n.5, p.173-191, 1991.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Porto Alegre: Teoria e Educação, n. 2, p. 177-229, 1990.

FREIRE, Zefirino Pimentel Moreira. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da sessão ordinaria no anno de 1844 pelo exm. senhor presidente da provincia, o coronel Zefirino Pimentel Moreira Freire*. Cuyabá, Typ. Provincial, 1844. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>

HENRIQUES, Helena Castanheira. Os livros de Matemática durante a monarquia: Um breve roteiro. In: D. Moreira & J. M. Matos (Eds.), *História do Ensino da Matemática em Portugal* (pp. 181-198). Lisboa: SEM-SPCE, 2005.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 01, pp 09-44, 2001.

LEVERGER, Augusto. *Relatório do presidente da Província de Mato Grosso Augusto Leverger apresentado a Assembléa Legislativa Provincial em 3 de Maio de 1852*. Cuiabá. Typ. do Echo Cuiabano, 1853. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias. Subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889)*. Cia. Editora Nacional. São Paulo, 1939.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1899)*. Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Ernesto Camilo Barreto*. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de Educadores no Brasil*. 2ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 306-315.